

TEORIAS, MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS COM A HISTÓRIA ORAL

Keila Auxiliadora Carvalho¹
Ramon Felipe Souza²

Recebido em: 31/05/2024
Aprovado em: 30/06/2024

Quando iniciamos o processo que deu forma a esse dossiê, tínhamos como tema síntese: *Teorias, Métodos e Experiências na História Oral: saberes ancestrais e alternativas sistêmicas para o futuro*. A intenção era reunir trabalhos que, a partir da História Oral, oferecessem reflexões diversas sobre essa metodologia e o seu potencial para a historiografia. Em particular, sobre o potencial de saberes ancestrais que ancorados na oralidade tem resistido e se mostrado eficientes em se perpetuar de geração em geração.

No caso brasileiro, esse contexto ganha mais importância, quando notamos que a manutenção desses saberes é fruto de mais de 500 anos de resistência e re-existência que diversos povos indígenas e africanos em diáspora nos permitem acessar. A motivação inicial ocorreu por meio do reconhecimento de estudos recentes que vêm destacando globalmente epistemologias originárias do chamado Sul Global com ênfase no papel desempenhado por comunidades e povos tradicionais na busca por um desenvolvimento mais sustentável com a natureza, sobretudo na proteção da biodiversidade e das fontes de água doce (Escobar, 2007; Kopenawa, 2015; Acosta, 2015; Krenak, 2020).

A existência dos povos tradicionais acontece em territórios que extrapolam limites e fronteiras políticas. Por isso, é preciso conhecê-los em sua diversidade e torná-los parte do repertório de possibilidades para um desenvolvimento mais sustentável. Nosso argumento destacava o potencial dessas cosmopercepções em oferecer *insights* para a construção de um desenvolvimento orientado em ações sociais como o empoderamento das pessoas de se

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV) e mestrado em História pela Universidade Federal de Juíz de Fora (UFJF). Professora Adjunta da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM. Professora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. E-mail: keilaacarvalho@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7607-4557>.

² Doutor e mestre em História das Ciências e da Saúde pela FIOCRUZ. Graduado em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Professor Substituto do curso de História da UFVJM. E-mail: ramon.felipe@live.com; Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7566-6323>.

perceberem capazes de proverem a si mesmas; além disso, defendendo aspectos relacionados a primazia da dignidade humana sobre a riqueza (Souza, 2024). Reconhecendo que, em tempos de emergência climática, as cosmovisões dessas comunidades, têm potencial de ampliar o repertório de possibilidades para construção de alternativas sistêmicas às epistemes ocidentais, bem como as formas de repensar o mundo para um desenvolvimento mais sustentável no futuro. Assim, registrar e dar a conhecer aspectos diversos desses saberes por meio da História Oral foi o sussurro primeiro, que engendrou o discurso e prática que dão forma a esse dossiê. Esses saberes precisam ser conhecidos e servem de guias não apenas para os povos originários, mas para toda a humanidade.

No Brasil é um desafio enorme ampliar nossas reflexões desde perspectivas afro-indígenas, uma vez que se demandam mais pesquisas geográfica, histórica e etnográfica das comunidades e povos tradicionais e suas tradições. Um primeiro desafio consiste no convencimento da esfera pública brasileira – que é estruturalmente racista - de que os segmentos da sociedade mais afetados por uma agenda de desenvolvimento excludente, podem propor e interferir nos rumos desse processo. Outro ponto consiste na identificação das comunidades indígenas, quilombolas e povos de terreiros presentes em áreas rurais e urbanas no Brasil. Os dados sobre comunidades indígenas e negras são escassos e dispersos no país. Somente em 2023, por exemplo, o IBGE realizou a primeira checagem do número de comunidades quilombolas no Brasil. É nesse sentido que a História Oral se constitui como uma metodologia indispensável para acessar e reconstruir o emaranhado complexo das diferentes matrizes de conhecimentos e saberes dessas comunidades tradicionais.

Entretanto, como afirma Pablo Solón (2019), vivemos uma crise sistêmica que só pode ser resolvida com alternativas sistêmicas. Em outras palavras, não há resposta individual. O autor afirma que a crise atual não é apenas de ordem ambiental, econômica, social, geopolítica, institucional ou civilizatória. Seu impacto é tamanho que não é o destino particular de uma civilização que está em jogo, mas o destino da própria humanidade e como a conhecemos. Essa crise é provada, segundo o autor, por um conjunto de fatores como a ganância do sistema capitalista, que está levando a extinção da biodiversidade. É nesse sentido que, assim como essa crise é sistemática, alternativas sistêmicas devem ser mobilizadas com o intuito de superá-la. A perspectiva é construir alternativas não só ao capitalismo, mas também mobilizar estratégias capazes de superar o patriarcado, o produtivismo-extrativismo e o antropocentrismo. Nas palavras do autor:

Las alternativas no surgen en el vacío, emergen en las luchas, experiencias, iniciativas, citorias, derrotas y resurgimiento de movimientos sociales. Las alternativas surgen en un proceso, muchas veces contradictorio, de análisis, práctica y propuestas que se

validan en la realidade. No hay una sola alternativa. Hay muchas alternativas (Sólon, 2019: 9-10).

Dentre visões que apontam a construção de alternativas sistêmicas, o autor destaca o ecossocialismo, a soberania alimentar, a economia solidária, o Ubuntu e o bem-viver (Sólon, 2019:10). Algumas dessas alternativas podem vir dos povos originários, outras podem vir de lutas e experiências dos mais variados segmentos da sociedade. Esse aspecto nos levou a ampliar a temática do dossiê acolhendo trabalhos que, sob diversas perspectivas a partir da História Oral, nos remetessem a experiências e reflexões.

A História Oral ganha destaque como importante recurso metodológico para apreender diversos aspectos da sociedade. Essa metodologia permite que os pesquisadores ouçam e vejam o “outro”, isso implica em abandonar uma postura autoritária e não se colocar como o porta-voz de terceiros (Silva & Da Silva, 2010: 38). Esse “outro ouvir” se conecta com a interculturalidade, definida por Catherine Walsh (2007), como um desafio que envolve a não hierarquização dos saberes. A interculturalidade, segundo a autora, indica e significa processos de construção de um conhecimento outro, de uma prática outra, de um poder social (e estatal) outro e de uma sociedade outra, uma forma de pensamento relacionada com e contra a modernidade/colonialidade, a partir de um paradigma outro que é pensado através das práxis política. A interculturalidade crítica, complementa Santos (2010), ao contrário do multiculturalismo funcional, possibilita condições para o confronto e a superação da imposição monocultural e, vai além, na medida em que também abre espaço para o diálogo entre diferentes formas de saber a partir do que o autor denomina de “ecologia dos saberes”, isto é, que “não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real” (Santos, 2010: 59).

Posto isto, é preciso enfatizar que no processo de organização deste dossiê, recebemos pesquisas valiosas que, além de abordar povos de terreiro e tradicionais, incluíram participantes que estão imersos cotidianamente nesses contextos, como filhos e mães de santo, que contribuíram como autores e pareceristas. No entanto, como parte dos desafios de uma escuta intercultural, alguns pareceres ainda que com apontamentos valiosos refletiram certo estranhamento entre as visões de mundo originárias de uma matriz de pensamento localizada às margens e o fazer científico tradicional, que se reflete nos cânones acadêmicos. Expor essas tensões só revela o quanto precisamos avançar numa escuta intercultural, que ao cabo não privilegia epistemes ocidentais, especialmente na historiografia.

Tão diversos quanto são os povos tradicionais, são os interesses da História Oral e, por isso, a proposta inicial do dossiê se ampliou. Constituído por 8 artigos que se valem da

metodologia de História Oral, 1 resenha e 1 entrevista, o dossiê aborda não apenas os povos tradicionais e seu importante legado, mas também formas de re-existência em vários outros aspectos sociais brasileiros. Esses artigos compartilham o fato de considerar teorias, métodos e experiências da História Oral, explorando diferentes grupos, como refugiados, indígenas, mulheres prisioneiras pela ditadura e povos de terreiro.

Nesse sentido, é importante pontuar que mais do que a realização de entrevistas, a História Oral é uma metodologia que cria condições para o estudo da memória, um exercício contínuo e que sempre parte do presente. Uma das definições mais interessantes sobre a História Oral é apresentada por Dora Schwarzstein, que a descreve como uma metodologia que permite compreender como as pessoas recordam e constroem suas memórias. Trata-se de um método que cria seus próprios documentos e, segundo a autora, esses documentos são, por definição, diálogos explícitos sobre a memória (Schwarzstein, 2001: 80). Portanto, os testemunhos orais não são uns simples registros do passado, mas um produto cultural complexo que envolve as experiências do passado e o contexto do presente cultural em que se recorda.

A fonte produzida, o relato registrado, como qualquer outro documento, não é um registro neutro. Por isso, assim como outras fontes, precisa ser testado, comparado diante outras fontes e contextos. A História Oral, portanto, abre possibilidades para uma escrita da história menos estereotipada.

Os textos presentes apresentam uma História Oral testemunhal, híbrida – que cruza diferentes tipos de fontes. Mantendo a afinidade com a proposta inicial, o primeiro artigo assinado por Flávio Santos e Thiago Souza, intitulado: *Espaço de Igbó: Saberes Ecológicos e de (re)existência nas comunidades de Terreiro*, aborda como os processos de ensino-aprendizagem nas comunidades-terreiro são assentados ao longo da vivência, da prática coletiva e na relação com a natureza. Os autores demonstram como a oralidade dos povos tradicionais e a interlocução entre saberes ecológicos são permeados por performances e processos de aprendizagem assentadas nas relações estabelecidas com o ambiente. A cosmopercepção presente na visão dos povos-comunidades de terreiro são fundamentais e indicam múltiplas possibilidades de sentir e ser no mundo. E, mais, são importantes para a humanidade em geral, na medida que podem oferecer alternativas para a forma como a comunidade ocidental tem se relacionado com o planeta.

O segundo artigo assinado por Benedito Ribeiro é intitulado “*Da nossa história quem sabe somos nós*”: *memória, saberes e práxis de r-existência entre os Tenetehar-Tembé*, destaca o protagonismo indígena a partir da oralidade ao analisar como as narrativas e o cotidiano do povo Tenetehar-Tembé, da Terra Indígena Alto Rio Guamá (nordeste paraense), reforçam a

denúncia aos abusos e arbitrariedades cometidos, diante da tutela estatal vivenciada em seu território no século XX. Foram analisados depoimentos e conversas realizados entre 2015 e 2024 nas aldeias do Guamá, sobretudo na aldeia Sede e Ytwuaçu, envolvendo uma diversidade de sujeitos Tembé: de velhos a jovens; homens e mulheres; conhecedores culturais (pajés, erveiras, parteiras, cantores etc.), caciques ou “leigos”. Para o autor, a oralidade é um importante elo de transmissão intergeracional e aprendizados sobre a história, os saberes tradicionais e as práticas culturais que demarcam a indianidade e constroem a memória coletiva do povo Tenetehar-Tembé, ajudando a evidenciar arbitrariedades contra essa população de ontem e hoje.

Ampliando as discussões iniciais do dossiê procedemos ao terceiro artigo que relaciona a metodologia da História Oral e o cotidiano de uma escola. O ambiente escolar é o espaço onde mais se discute sistematicamente História, por isso a metodologia da História Oral neste espaço, além de produzir fontes importantes, pode se tornar um recurso para o ensino de história. Trata-se do artigo do professor da rede pública do Rio de Janeiro e pesquisador Fillipe dos Santos Portugal intitulado *Experenciando uma ocupação: Vivências na Escola Municipal Paulo Freire do município de Armação dos Búzios (2017)*. O artigo analisa o contexto das ocupações escolares ocorridas em âmbito nacional, o autor realizou entrevistas com a comunidade escolar de uma escola de Búzios, identificando que os estudantes assumiram um papel de destaque nas relações tradicionais de poder na instituição. O autor chama atenção para a reflexão sobre práticas pedagógicas com mais horizontalidade, isto é, que promovam os discentes de fato à uma participação mais centralizada do processo de ensino e aprendizado.

O quarto artigo, assinado por Roselia Cristina de Oliveira, é intitulado como: *Recompondo os sons do passado: A escuta de mulheres sobre a Campanha de Pé no Chão Também se Aprende a Ler (1961-1964)*. A autora analisa mulheres envolvidas na campanha educativa “De Pé no Chão Também se Aprende a Ler” que contou com a assessoria do educador Paulo Freire. Foram realizadas entrevistas com cinco mulheres que foram presas pela ditadura civil-militar de 1964. A partir da Análise Compreensiva do Discurso de Kaufmann (2013) e da relação com documentos de diferentes tipos como fontes governamentais e periódicos locais, a pesquisa revelou detalhes sobre a implementação das atividades educacionais, o sucesso da alfabetização de adultos em Natal e o contexto político polarizado do início dos anos 1960.

O artigo de Diego Santos intitulado *Trauma, memória comunicativa e geração: a história de uma refugiada (Colônia de Entre rios, Guarapuava-PR)*, analisa as experiências dos imigrantes alemães Suábios do Danúbio, que fugiram ou foram expulsos de seus países após a Segunda Guerra Mundial e se estabeleceram em Guarapuava - Paraná, na década de

1950. A partir de um manuscrito autobiográfico e de uma entrevista com um neto nascido no Brasil, o estudo investiga como essas narrativas familiares influenciam as gerações mais jovens. Utilizando a teoria da “memória comunicativa” de Aleida e Jan Assmann e Harald Welzer, o artigo reflete sobre os significados atribuídos ao passado traumático e sua evolução ao longo do tempo.

O artigo de Matheus Santana intitulado *Vozes Divergentes: defensores e críticos das políticas de assistência farmacêutica durante a ditadura civil-militar (1964-1974)* explora a origem das primeiras políticas de assistência farmacêutica no Brasil durante a ditadura civil-militar, focando nas ações dos governos de Costa e Silva e Médici. Segundo o autor, a criação da Central de Medicamentos (CEME), em 1971, representou uma tentativa federal de retomar uma política de produção de insumos e medicamentos iniciada no Instituto Nacional da Previdência Social (INPS), em 1968, mas encerrada em 1970 devido à resistência do setor privado. O contexto é aprofundado a partir da análise de declarações e entrevistas inéditas do presidente do INPS e de outras agências do período. Segundo Santana, a perspectiva é explorar atores e interesses envolvidos na formação das primeiras políticas de assistência farmacêutica no Brasil.

Priscilla Azevedo e Raick Souza analisam as memórias de feirantes sobre as trajetórias de vida e trabalho na Ceasa, de Vitória da Conquista-BA, observando que muitas das trabalhadoras trazem em suas recordações memórias sobre o trabalho no campo. Por fim, o artigo de Roberto Assis e Azemar Junior foca nas artes de cura das rezadeiras do alto sertão paraibano, evidenciando aspectos da oralidade, processo de aprendizagem e aplicação das rezas.

Compõe também este dossiê uma entrevista inédita realizada, em 2013, com a Mãe de Santo Maria dos Anjos da Silva, mais conhecida como Mãe Lia de Oxum da cidade de Diamantina, no alto Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais. Nascida no Rio Vermelho, em Minas Gerais, raspada de santo na Bahia por Mãe Menininha do Gantois, Mãe Lia se estabeleceu em Diamantina, aonde por mais de 30 anos foi uma referência no candomblé da cidade.

Ainda seguimos com uma resenha *O resgate de “Elisa Branco”*: gênero, trajetória e formas de narrar a história do PCB, de Gabriela Miranda sobre o livro “Elisa Branco – uma vida em vermelho” de Jorge Ferreira, publicado em 2023, pelo selo da Civilização Brasileira. Para a autora a obra é mais que bem-vinda ao trazer uma narrativa fluida sobre a vida dessa importante militante comunista.

Por fim, é importante destacar o esforço e os afetos envolvidos na elaboração deste dossiê. Agradecemos especialmente ao artista Zec Junior, autor da arte da capa. Com trabalho

original e periférico, Zec nos remete à ancestralidade e à oralidade. Destacamos aspectos como a perseverança e a beleza materializados em sua obra, que também evocam os desafios enfrentados, como demonstrado pelo "X" comum presente sob as bocas das personagens que o artista traz à vida, e que a capa escolhida representa tão bem. Boa leitura!

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Algunas reflexiones económicas y no tan económicas. *Política y sociedad*, v. 52, n. 2, p. 299-330, 2015.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo. Companhia das Letras, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, p. 71-94, 2007.

SCHWARZSTEIN, Dora. História oral, memória e histórias traumáticas. *História oral*, v. 4, 2001. Página 80

SILVA, Joana Aparecida Fernandes; DA SILVA, Giovani José. História indígena, antropologia e fontes orais: questões teóricas e metodológicas no diálogo com o tempo presente. *História Oral*, v. 13, n. 1, 2010.

SOLÓN, Pablo. *Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização*. Editora Elefante, 2019.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y colonialidad del poder. Un pensamiento y posicionamiento “otro” desde la diferencia colonial. *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, p. 47-62, 2007.